ANTI CAPITALISTA

N.º 09 (SÉRIE II) – SETEMBRO 2018

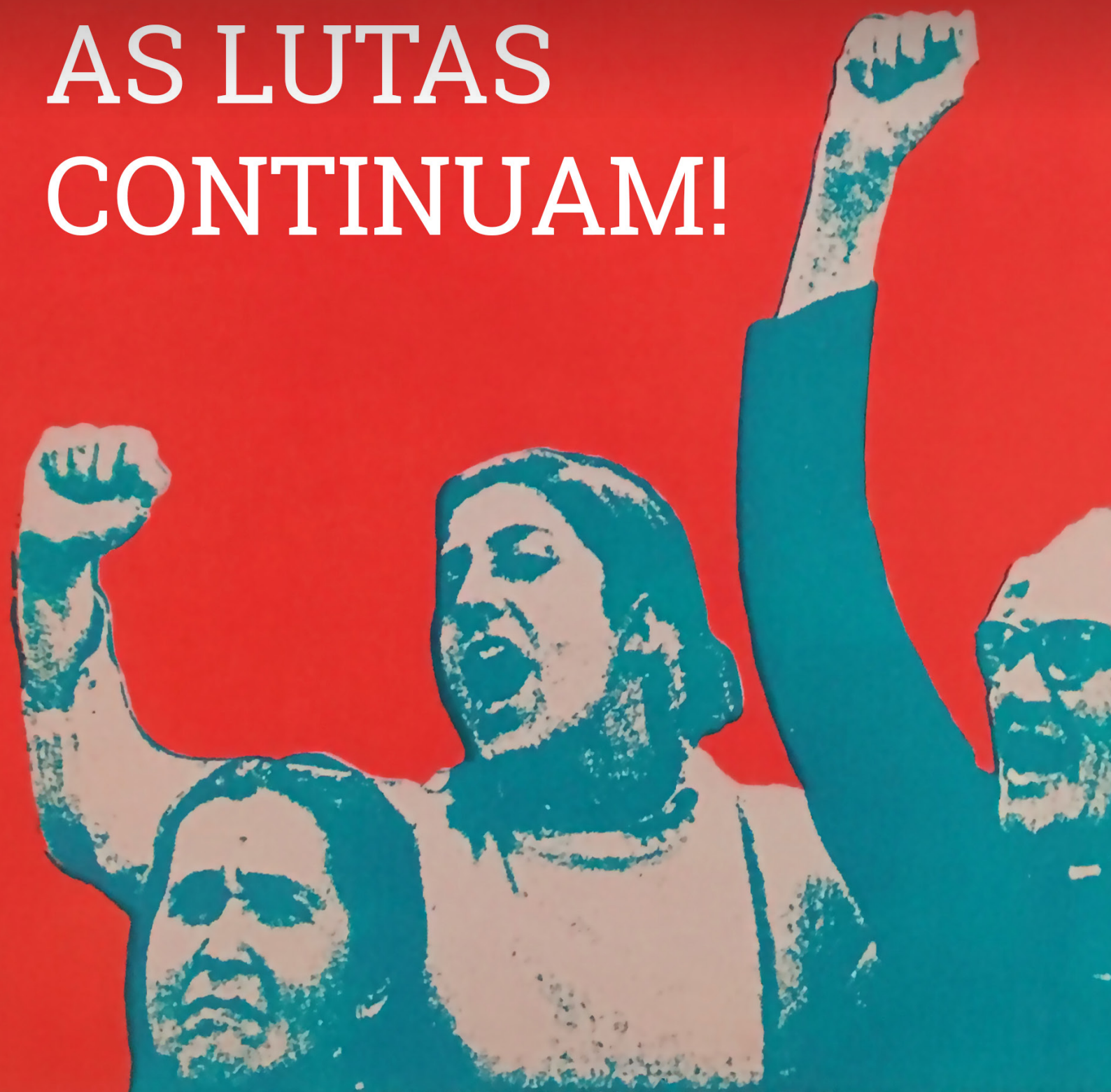
DIREITO À HABITAÇÃO PP.03 E 05

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO P.07

PRAXE P.04

PREVPAP P.05

AS LUTAS CONTINUAM!



EDITORIAL

A CONVENÇÃO NÃO É SÓ PARA 2019

Não, é para um tempo mais longo.

Cada Convenção é elaboração programática, escolha tática e decisão de direção. E, nisso, a próxima Convenção não é exceção. Elabora programa (ao definir posição política e estratégia europeia), define tática (a experiência social e a imagem com que preparamos os confrontos durante 2019, nas europeias, eleições madeirenses e legislativas) e escolhe como e quem dirige o Bloco. Mas é mais do que isso, porque, depois de três anos de acordo parlamentar com o governo do PS, o Bloco aprendeu e fez: deu mais dimensão à luta contra a precariedade e conseguiu algumas vitórias, enraizou-se em algumas autarquias, estimulou movimentos sociais de protesto e deu corpo a propostas que, no fisco, na segurança social, nas rendas da energia e noutras áreas, configuraram a alternativa da esquerda. Mas toda essa experiência confirmou as limitações de um governo do centro e o impasse da estratégia social-democrata na Europa e em Portugal.

O balanço desses três anos, fundamentais para o confronto entre a esquerda e o centro e a direita, são por isso para um tempo mais longo do que 2019. Ao reivindicar o que conseguiu, como o tem feito, o Bloco está a demonstrar que não hesitou no momento certo para impedir a continuidade do governo PSD-CDS. Ao evidenciar o que o PS não quis fazer, está a indicar a exigência da esquerda para o futuro imediato. Assim, ao mostrar que é uma esquerda de confiança, o Bloco está a colocar-se no confronto político como alternativa ao centro. Tem muito trabalho pela frente.

Tem muito trabalho e muito debate. Na Convenção, não são fortes as vozes de adaptação, mas a experiência tem demonstrado que o processo de recuo perante o conflito social se renova permanentemente. Um setor mais ao centro dentro do Bloco defenderá sempre a subordinação política da esquerda ao centro. Em contrapartida, setores sectários defenderão uma forma de identidade baseada na censura do debate e na "purga" (a expressão que popularizaram recentemente), ou em identidades por contraposição (por exemplo, na última Convenção a rejeição do estatuto de paridade entre mulheres e homens nas instâncias de direção do partido). Nesse caminho, alguns desses setores aproximam-se da mimetização do PCP (*vide* o entusiasmo com a proposta de retomar o Serviço Militar Obrigatório, em nome de uma fantasmagoria de educação universal para um golpe militar) e até do CDS (*vide* a utilização da expressão "esquerda encostada" usada até à exaustão por Assunção Cristas transformada em mote de moção).

Rejeitando toda a adaptação, o Bloco sempre escolheu políticas unitárias. Desde a nossa fundação, sabemos que um partido que tem 2 ou 10% é minoritário e por isso precisa de políticas unitárias. É esse um dos aspetos mais importantes que nos separa das esquerdas sectárias. A nossa identidade serve para propor políticas ofensivas e transformadoras, não para nos defendermos dos outros. Esta abordagem da política unitária tem sido fundamental para a confiança que fez do Bloco o terceiro partido nacional. E será posta à prova, quando apresentamos medidas que são as que decidem o governo em 2019, no Serviço Nacional de Saúde, na dívida e controlo da banca, na energia e nos bens comuns, nas leis do trabalho…

NOTA DA REDAÇÃO

Na edição passada, publicámos o texto "Lições, e não mitos, sobre o não-modelo português", de Maria Manuel Rola, Adriano Campos e Jorge Costa, o qual respondia a um texto de Catarina Príncipe de crítica à estratégia do Bloco de Esquerda publicado originalmente na revista norte-americana Jacobin. Dissemos no número anterior da Revista que o texto de resposta tinha também sido publicado na Jacobin. Lamentavelmente, isso não veio a acontecer. Na altura em que enviámos a Anticapitalista para a gráfica, o texto de resposta estava nas mãos da Jacobin há já alguns dias. Nunca acreditámos que fosse censurado, mas foi isso que veio a acontecer. Esse não foi, no entanto, o procedimento de outras revistas políticas internacionais, onde o texto foi publicado. Lamentamos que a Jacobin tenha duplicidade de critérios, que publique um texto e recuse o debate em torno dele. Mais informamos que é absolutamente falso que a Jacobin tenha proposto à autora e autores uma versão resumida do texto. Essa proposta nunca existiu, o que efetivamente existiu foi censura.

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, onde se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
A Convenção não é só para 2019

3 **Ativismo**
A luta estudantil pelo direito à habitação

4 **Ativismo**
Praxe académica

5 **Entrevista**
Marta Dias | Associação de Moradores da Zona Histórica do Porto

6 **Ativismo**
Precariedade. Ninguém fica para trás!

7 **Debate**
Serviço Militar Obrigatório? Não, obrigada!

8 **Vai acontecer**
Marcha pelo Clima
Encontro Feminista do Bloco de Esquerda

8 **Leituras**
Marx, o intempestivo
O Espectro dos Populismos

8 **Escutas**
Da Lama ao Caos

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Andrea Peniche
Beatriz Simões
Cláudia Braga
Fernando Pimenta
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Marco Mendes
Rafael Henrique Victório (aka DJ Farofa)
Rita Gorgulho
Tatiana Moutinho

Ilustração da Capa
Adaptação do cartaz "So Long As Women Are Not Free the People Are Not Free", in *See Red. Women's Workshop: Feminist Posters 1974-1990*, p. 93.

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

ATIVISMO

A LUTA ESTUDANTIL PELO DIREITO À HABITAÇÃO

FERNANDO PIMENTA

O problema da habitação é flagrante no universo do ensino superior. Usando como exemplo a Universidade do Porto (UP), onde estudo, verifica-se que, sensivelmente, metade dos estudantes são deslocados, ou seja, precisam de alugar casa. Em 2016/2017, a UP tinha um total de 31.820 estudantes matriculados (incluindo os de mobilidade), no entanto, apenas 1060 camas disponíveis[1]. Sobra, pois, a oferta do mercado.

Estes milhares de estudantes são, provavelmente, o tipo de inquilinos com que qualquer especulador imobiliário sonha. A importância da frequência do ensino superior faz com que estudantes e suas famílias se desdobrem em esforços para evitar o abandono escolar.

Hoje em dia, nenhum estudante tem a ingenuidade de achar que vai viver no mesmo sítio durante todo o curso, pois sabe que já é uma sorte permanecer no mesmo espaço um semestre. A Uniplaces, uma plataforma especializada no mercado de arrendamento a estudantes, faz dessa dificuldade o seu negócio. Concebida para garantir o máximo rendimento possível ao senhorio, aluga camas ao dia, justificando-o da seguinte forma: «uma das vantagens mais interessantes do arrendamento a estudantes e que está a ganhar cada vez mais popularidade é a combinação do alojamento local durante épocas altas e arrendamento a estudantes em épocas baixas. Os estudantes procuram quartos para arrendar em torno dos meses de Setembro e Fevereiro e ficam hospedados em média durante cinco meses. Isto permite que mesmo que tenha alojamento local com ocupação total nos meses de época alta, pode conciliar o arrendamento a turistas com o arrendamento a estudantes, maximizando assim a taxa de ocupação dos seus imóveis»[2]. A beleza deste rodopio de inquilinos é que o valor da renda pode ser definido a bel-prazer das mais frescas e atualizadas especulações.

Inexistência de contrato de arrendamento, instabilidade de permanência no local arrendado, distância da faculdade (logo, acrescidos custos de mobilidade) são a realidade de muitos estudantes. Um estudante deslocado, sem lugar numa residência, tem como custos fixos cerca de 6000 euros por ano, entre propinas, rendas, transportes, livros, material didático. Se a isto tudo acrescentar o luxo de fazer duas refeições por dia, a conta sobe ainda mais. Ser estudante do ensino superior público é, pois, ocupar uma posição de vulnerabilidade económica e social. Na impossibilidade de fazer face a tais despesas, resta tentar alguma espécie de rendimento que permita prosseguir os estudos, sendo certo que essa ocupação, para além de precária, roubará tempo ao estudo, comprometendo o êxito escolar.

A elitização do ensino - processo que, por via da seleção e afunilamento da origem socioeconómica dos estudantes, mantém posições de privilégio de classe - é contrariada pelo artigo 74.º da Constituição, o tal que garante a igualdade de oportunidades no acesso, frequência e êxito escolar. Por essa razão, a luta dos estudantes pelo direito à habitação converge com a luta pela gratuidade do ensino. A consecução do artigo 74.º exige hoje um novo entendimento da questão da habitação, reclamando políticas públicas de habitação. Tradicionalmente, a oferta pública de habitação no ensino superior ocorre por meio das residências universitárias, oferta muitíssimo insuficiente para as necessidades. Geralmente, estas obedecem a uma tipologia de habitação que parece ter sido desenhada para castigar quem lá vive: quartos pequenos e que servem apenas para dormir, cozinhas e áreas comuns mínimas e desinteressantes e entradas frequentemente vigiadas e controladas, proibindo a entrada de acompanhantes e amigos. Todavia, talvez o maior problema seja a ideia de "cidade universitária" – uma espécie de enclave autossuficiente erguido num canto de uma cidade, um gueto construído em função da condição exclusivamente estudantil, com residências, cantinas, supermercados, alguns espaços de diversão e desporto e, claro, a universidade. O objetivo é evitar que os estudantes tenham de ir à cidade, transformando esta num conjunto de guetos e não num espaço de mistura. Um dos gritos de revolta dos estudantes de 1968 foi precisamente contra estes guetos universitários, que acusavam de promover a alienação, privando os estudantes da possibilidade de comprometimento político e social e a própria cidade da dinâmica, frescura, cultura e ideias destes jovens.

Encafuados em residências universitárias ou em diferentes apartamentos alugados ao semestre, é cada vez mais difícil os estudantes integrarem as dinâmicas inerentes à vida quotidiana da cidade que habitam e estabelecerem relações com as pessoas que nela permanecem. Precisamos, pois, de falar do direito à cidade como direito à habitação, mas também como direito à rua – espaço e atividade pública, social e cultural –, direito ao lugar – participar no tecido social, estabelecer laços de vizinhança, memória e perspetiva de futuro, sentido de pertença comum. Para esta luta, os estudantes não são os únicos convocados, somos todos, das famílias despejadas das casas onde sempre viveram, dos jovens trabalhadores cujo salário não é suficiente para alugar um apartamento, dos idosos cuja pensão não chega para a medicação, quanto mais para a atualização da renda da casa onde sempre viveram. E as universidades, ao invés de se desresponsabilizarem, deviam ser pivôs no debate e na exigência de políticas públicas de habitação.

O direito a ter um teto não é apenas uma condição de dignidade e sobrevivência, é também uma condição de democracia e emancipação. "Sair da casa dos pais" é o passo da autonomia dos jovens cada vez mais adiado, trazendo outros adiamentos por arrasto: a emancipação social, cultural, sexual…

O movimento estudantil, principalmente as suas estruturas – associações de estudantes e académicas –, têm de tomar consciência não só da dimensão do problema da habitação estudantil, mas também da sua responsabilidade e dever na ignição e convergência destas lutas.

1. Dados consultados em https://sigarra.up.pt/up/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F-251617817/Factos_e_Numeros_UPorto_2015-2016.pdf a 21/08/2018.

2. Citação retirada de http://portal.uniplaces.com/pt-pt/vantagens-arrendar-estudantes-na-uniplaces/ a 22/08/2018.

PRAXE ACADÉMICA

Marco Mendes

IN *ZOMBIE*, 2014, TURBINA ASSOCIAÇÃO CULTURAL/MUNDO FANTASMA.

ATIVISMO

A HABITAÇÃO NÃO É UM DIREITO PARA ME SER GARANTIDO SÓ A MIM. É PARA TODA A GENTE!

MARTA DIAS nasceu em 1980. Moradora em Miragaia desde sempre. Primeiro, na casa da avó, depois, na casa de um irmão e, finalmente, quando conseguiu a sua independência económica, foi morar sozinha. Entretanto, em junho foi despejada da casa onde vivia com a sua filha, uma casa pequenina, com uma cozinha, uma casa de banho fora da casa, num corredor, mas de seu uso exclusivo, uma salinha pequenina, o quarto da filha, que não tinha janela, e o seu quarto, que era virado para a frente. Atualmente, Marta e a filha "moram de favor" em casa da tia. Marta não é uma estreante no ativismo. Antes das questões da habitação, tinha já participado num movimento de defesa dos transportes públicos, porque queriam encerrar linhas. Foi uma luta vitoriosa.

ENTREVISTA DE ANDREA PENICHE, HUGO MONTEIRO E TATIANA MOUTINHO
TEXTO COMPLETO EM WWW.REDEANTICAPITALISTA.NET

POR QUE RAZÃO SURGIU A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ZONA HISTÓRICA?

Eu fui a uma reunião na Vitória e achei que não tínhamos pernas para andar como Assembleia. Juntámo-nos algumas moças que nos conhecemos, discutimos a ideia e criámos a Associação.

TENS IDEIA DE COMO SURGIU A ASSEMBLEIA DE MORADORES?

Não faço ideia. Quando fui à minha primeira reunião já não era primeira reunião, já tinha havido algumas. Acho que nasceu em final de abril ou início de maio de 2018. Eu acho que fui à segunda reunião.

QUAL O OBJETIVO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES CRIADA?

Defender o direito a uma habitação. Todos temos direito a uma habitação. Não é justo pessoas com 89 anos, como está a acontecer, serem ludibriadas e convidadas a assinarem um papel, dizendo-lhes que é o IRS, e afinal era um contrato de arrendamento novo em 2012, pessoas com incapacidades enormes, com cancros, com 89 anos neste momento – em 2012 tinham 83, já não tinham a noção e a capacidade de raciocínio de saberem o que é que isto poderia implicar - e que agora têm de sair até 31 de agosto.

O QUE É QUE MUDOU NO PORTO NOS ÚLTIMOS TEMPOS?

Mudou tudo. Não há aquela essência. Antigamente, aqui em Miragaia, as pessoas depois do jantar iam todas para a rua confraternizar umas com as outras. Agora, passas por aqui a partir das sete da tarde e não está aqui ninguém. Muitas pessoas já não vivem aqui. Os turistas passam para cima e para baixo, para cima e para baixo e a gente está a sofrer com tudo. Pagamos preços de turistas. Por exemplo, vais a um café beber um sumo e pagas 1.5 euros, mas os turistas ganham 5000 euros, não ganham 500 euros como nós. Para chegarmos ao fim do mês temos que fazer uma ginástica grande... Olha o arrendamento, por exemplo. Eu ando sempre no OLX a ver se me aparecesse uma casita que eu possa pagar... E vês 600, 700, 750 euros. Por um quarto já estão a pedir 450 euros! Se tu ganhares o ordenado mínimo, como é que consegues fazer face à vida? E já nem estou a falar de viver em Miragaia! Hoje vi um anúncio de um T2 na Avenida dos Aliados a 4900 euros. Não é renda para 10 anos, é mensal! É pornográfico, mas quem está lá não põe travão a isto.

Somos penalizados nos autocarros, porque estamos sempre meia-hora ou 45 minutos à espera que os turistas tirem bilhete, e depois chegamos atrasadas ao trabalho. Nós não somos contra eles, só pedimos que se criem as condições para quem cá vive e trabalha.

ALTEROU-SE ALGUMA COISA NAS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA?

Não, com os que ainda cá estão funciona tudo bem, continuamos a ser bons vizinhos, principalmente agora com os mais idosos que não têm família. Tivemos de nos chegar mais a eles, para eles saberem que não estão sozinhos. Foi muito mau o centro de idosos e o infantário terem fechado. Para onde foram os idosos? Tiveram de ser distribuídos por outras zonas. O apoio domiciliário deixou de ser feito pelas mesmas pessoas, as pessoas que os idosos conheciam, eles sentiram muito. [continua online]

ATIVISMO

PRECARIEDADE. NINGUÉM FICA PARA TRÁS!

CLÁUDIA BRAGA

Ser técnico especializado do Estado significa ir acumulando carimbos no passaporte para a precariedade. Significa passar a vida a jogar a sorte nos concursos, ter férias em agosto e não as conseguir desfrutar, porque se está constantemente à espera de novidades sobre a vida profissional. Significa viver em permanente ansiedade à espera do resultado do PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública -, com final prometido para dezembro de 2018, mas sem fim à vista.

O PREVPAP tem estado a colocar a nossa vida profissional em suspenso. Será que vamos vincular? Será que vamos ser classificados como necessidades permanentes (o que somos há anos!) em vez de necessidades temporárias? Imensas são as questões com que nos vamos defrontando neste percurso sinuoso que teima em não terminar. Sabemos que mesmo depois desta batalha teremos muitas mais para travar, porque somos um grupo tão ostracizado (e tão necessário!) que não somos sequer reconhecidos pela nossa entidade patronal.

Poderia dissecar o PREVPAP, mas a maior parte das pessoas já o conhece, nem que seja de passagem. Vou antes falar dos Técnicos Especializados Precários (na realidade, a única precariedade que nos assiste é o vínculo laboral, porque a nossa força e a nossa luta de precária nada têm). É ofensivo não sermos considerados necessidades permanentes com 20, 15, 10, 5 anos de serviço. É humilhante e abusivo (chega mesmo a ser cruel) termos de nos submeter anualmente a concursos manipuláveis por direções e coordenações, fazendo com que colegas não tenham a oportunidade de estar a aguardar por novidades do PREVPAP por não estarem colocados naquele período. É muito grave existirem alunas e alunos que necessitam das nossas capacitações profissionais para verem garantido um direito constitucional - o direito à Educação - sem apoio. Somos tantos e tão diferentes. Somos tão necessários e com profissões diversas. Somos intérpretes de língua gestual portuguesa, terapeutas da fala, assistentes sociais, animadores socioeducativos, animadores socioculturais, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, psicólogos, educadores sociais. Somos Técnicos Especializados da Educação e estamos em luta! Somos Técnicos Especializados a aguardar que cumpram as promessas feitas.

Este programa de regularização de vínculos pode comparar-se ao que se verificou com os Decretos-Lei 81-A/96 e 195/97. Nessa altura, os procedimentos foram mais céleres, possivelmente por haver menos situações para regularizar ou por a burocracia do processo ser menor. Esta é uma oportunidade única para que acabe (ou pelo menos diminua) a contratação ilegal no Estado. Na Educação, a Comissão de Avaliação Bipartida (CAB) recebeu 1336 pedidos de Técnicos Especializados, de um total de 6895 pedidos feitos a esta CAB. Destes 1336 ainda nenhum foi analisado. Somos 1336 pessoas que exercem funções de técnicos especializados de educação na Administração Pública a aguardar (im)pacientemente informações sobre a decisão da análise dos nossos requerimentos. Sabemos que estamos nos 3438 processos que estão para análise por esta CAB, pois estas foram informações dadas pelo próprio presidente da CAB da educação numa audição a 12 de junho solicitada pelo Bloco de Esquerda.

Em agosto de 2018, os Técnicos Especializados de Educação têm a vida suspensa enquanto aguardam informações. Aguardam que se cumpram Notas Informativas e Despachos da Tutela. Aguardam que as suas direções manifestem a intenção de lhes proporcionar a «extensão contratual… até à conclusão dos procedimentos do PREVPAP», conforme disposto na Nota Informativa de 9 de julho publicada pela Direção Geral de Administração Escolar. Com a mais recente Nota Informativa (de 23 de agosto), muitos técnicos ficaram a saber que os seus contratos vão ser estendidos, mas sobre a forma como se vai processar essa extensão nada se sabe. O Governo acena com "direitinhos", mas os Técnicos Especializados reclamam-nos por inteiro.

O PREVPAP fez algo que até há pouco tempo não imaginávamos que fosse possível: juntou-nos! Uniu-nos na luta por algo a que temos direito, sempre tivemos, mas não tínhamos como o reivindicar porque não estávamos organizados. A luta continua! Ninguém fica para trás!

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO? NÃO, OBRIGADA!

Andrea Peniche e Mafalda Escada

A II Guerra Mundial e a Guerra Fria alteraram os sistemas de defesa na Europa. O papel preponderante dos Estados Unidos e o crescimento da NATO, quase inversamente proporcionais ao crescimento das Forças Armadas (FA) a nível dos Estados, fizeram-se acompanhar do aparente abandono do conceito de segurança meramente militar, o que se refletiu também no pensamento de novas escolas de Relações Internacionais, passando a incluir parâmetros sociais, económicos e ambientais.

Porém, o clima de "paz" que acompanharia esta alteração de paradigma não se verificou: a NATO continuou a aumentar o número de membros, a Guerra do Iraque aconteceu, as intervenções da NATO na Líbia aconteceram, bem como as intervenções multilaterais na Síria, a Guerra da Crimeia aconteceu. A União Europeia foi arranjando formas de defesa sem as assumir. A discussão sobre o Serviço Militar Obrigatório (SMO) que se tem levantado nos últimos anos um pouco por todo o continente desmascara a ideia de uma Europa desmilitarizada e pacífica e põe a nu a vontade de a militarizar. Um número considerável de Estados europeus tem atualmente SMO, alguns destes muito recentemente, como a Lituânia, que o introduziu após a anexação da Crimeia pela Rússia (2015), a Suécia (2017) ou a França, cujo SMO está ainda em fase de implementação por iniciativa de Macron (2018). Em Portugal, o SMO foi abolido em 2004 e o seu regresso é agora posto em cima da mesa pelo Ministro da Defesa, em declarações aquando de uma visita aos militares portugueses ao serviço da NATO na Lituânia. (As circunstâncias em que estas declarações foram feitas não são de menosprezar. A Lituânia duplicou o número de efetivos com a introdução do SMO e a atividade da NATO no país tem elevado valor simbólico no que toca a demonstrações de força face à Rússia.)

O posicionamento sobre o SMO deverá ter em conta dois eixos principais que se relacionam mutuamente: os princípios pelos quais nos regemos e que devem orientar a nossa posição – antimilitarismo, anti-imperialismo, rejeição de estruturas hierárquicas, nacionalistas e antidemocráticas - e o contexto em que o debate surge – aumento da corrida ao armamento (e do complexo militar industrial), aumento da despesa do Orçamento do Estado com a defesa, exigência de maior contribuição para a NATO feita por Trump, diretamente relacionada com a anterior, a Europa-Fortaleza e a "necessidade" de proteção das fronteiras face aos migrantes que nela procuram refúgio e aos terroristas, estes últimos facilmente instrumentalizados pelo discurso da extrema-direita. Perante isto, a resposta à esquerda parece evidente: SMO? Não, obrigada! Não contribuímos para a escalada de violência com o reforço das FA, não alimentamos conflitos capitalistas, não legitimamos discursos populistas da extrema-direita, não patrocinamos escolas de obediência, assim como nos recusamos a combater e a morrer em guerras que não são nossas.

Nos discursos favoráveis ao regresso ao SMO encontramos argumentos como a «falta de sentido cívico e de integração social da juventude portuguesa», o reduzido número de efetivos nas FA, a falta de patriotismo. O que estranhamos é que se ache que um uniforme e uma escola de obediência podem resolver os problemas da juventude. Se calhar, mais valia investir noutra escola, na escola pela qual lutamos, aquela que queremos que seja gratuita e democrática, que fomente o sentido crítico e a imaginação, e não a formatação obediente. Se calhar, o combate ao desemprego, à precariedade, aos baixos salários e à desigualdade salarial faz mais pela juventude do que a suspensão das nossas vidas em nome de um inimigo que não é nosso para irmos ser recrutas. Se calhar, a integração social dá passos mais consistentes se o país se mobilizar no combate ao machismo, às violências de género, à LGBTfobia e ao racismo. Se calhar, é mais patriótico olhar o mundo como a nossa casa comum, sem fronteiras, e combater as alterações climáticas. Recusamos o nacionalismo e o patriotismo das FA, porque nos recusamos a ser carne para canhão dos interesses capitalistas e imperialistas da UE e dos EUA. Se calhar, ganhamos todas e todos se recusarmos os inimigos que nos querem impor e percebermos que as nossas alianças são outras, internacionalistas, e as nossas lutas são solidárias e intersecionais. E, já agora, também não engolimos o argumento supostamente igualitário, aquele que pretende apresentar as FA como uma instituição moderna e aberta às transformações socias, nomeadamente através da inclusão de mulheres. Com essa não nos enganam! Recusamos o SMO porque ele continua a querer "fazer de nós homenzinhos" e nós batemo-nos contra o género formatado e exigimos ser aquilo que nos apetecer.

Defendemos a desmilitarização da sociedade, em nome de um país que queremos civil. Recusamos o "Estado dentro do Estado" que representam as FA, porque num país democrático a lei tem de ser igual para todas as pessoas.

Custou muito acabar com o SMO. Foi um combate longo, mas recheado de aprendizagens, de solidariedades e de muita coragem insurgente: dos processos de objeção de consciência à desobediência efetiva. Serviço Militar Obrigatório? Não, obrigada!

Cartaz do movimento antimilitarista Tropa Não (anos 1990).

VAI ACONTECER

Marcha Mundial do Clima
Parar o petróleo! Pelo clima, justiça e emprego!

No dia 8 de setembro, vamos juntar-nos à mobilização internacional Rise for Climate, para exigirmos um mundo livre de combustíveis fósseis, um mundo onde que as pessoas e a justiça social estejam acima dos lucros.

8 SETEMBRO | 17 HORAS
Porto | Praça da Liberdade
Lisboa | Cais do Sodré
Faro | Largo da Sé
Mais informações: www.salvaroclima.pt
Mobilização internacional: www.riseforclimate.org

INSUBMISSAS | Encontro Feminista do Bloco de Esquerda
15-16 SETEMBRO | ALMADA

Debates, oficinas, intervenções artísticas e culturais à volta de, entre outros temas, feminismo e anticapitalismo, precariedade, greve feminista, trabalho sexual, transfeminismo, assédio e violência de género, agenda feminista nas escolas e nas autarquias…

ESCUTAS

Da Lama ao Caos
Chico Science & Nação Zumbi
1994 | Sony - 13,90 Euros

Um álbum que risca, atravessa e escancara o Brasil, um exemplo de revolução sociomusical, uma bomba multiprismática, muito mais atual do que desejaríamos.
Com críticas culturais, políticas e sociais, utilizam-se da fusão de rock, hip-hop e psicodelia com ritmos tipicamente brasileiros e letras certeiras e afiadas. Fortalece um movimento de contracultura em Recife, o manguebeat. Farofa Chico Science & Nação Zumbi gritaram o presente, utilizando-se do passado, porém, sempre direcionando para o futuro: «Pra gente sair da lama e enfrentar os urubus!». Mergulharam em entender os motivos de tantas desigualdades sociais e os porquês de «A cidade não para, a cidade só cresce. O de cima sobe e o de baixo desce...».
O resultado final foi incrível e inspirou gerações, uma obra transversal que modernizou o passado pela música. Um álbum de luta, que se faz dançando e celebrando cerebralmente. *DJ Farofa*

LEITURAS

Marx, o intempestivo Grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)

Daniel Bensaïd
464 páginas, 2013
Edições Combate
PVP: 20 Euros

Através da rejeição da ortodoxia, Daniel Bensaïd, um dos revoltosos do Movimento 22 de Março, volta a iluminar a vitalidade das obras marxistas, contraditando as acusações de incoerência teórica, pela intemporalidade que conduz à interrogação do nosso universo numa perspetiva insurgente. Bensaïd persegue e persiste na sua crítica ao estruturalismo de Althusser e ao "marxismo analítico". Mais, desafia três pilares, como é referido no prefácio de Francisco Louça à edição portuguesa: «a razão histórica (a teoria marxista não é uma filosofia do sentido da história), a sociologia estrutural das classes (a teoria marxista não é uma categorização empírica da estrutura económica) e, finalmente, a ciência moderna (a teoria marxista não é um positivismo), para delimitar os campos em que o marxismo se desenvolveu e se reconhece». ***Beatriz Simões***

O Espectro dos Populismos Ensaios Políticos e Historiográficos

VVAA
272 páginas, 2018
Tinta-da-China
PVP: 15.90 Euros

Uma das principais consequências políticas do desastre financeiro, económico e social da crise de 2007-2008 foi o ressurgimento e crescente expressão – social e eleitoral – de forças políticas da direita populista, nacionalista e autoritária. E o termo invadiu o espaço político e mediático, sem que tenha sido conceptualmente delimitado para sabermos do que falamos quando nos referimos ao populismo. Este livro procura clarificar o conceito, percorrendo a sua história e expressões políticas. É, pois, um bom ponto de partida para um dos debates importantes da atualidade, o de saber se existe hoje um populismo de esquerda, como se expressa politicamente, que ruturas estabelece com velhas práticas políticas e que capacidade tem para mobilizar a resistência anticapitalista e forjar um novo sujeito político. ***Andrea Peniche***